



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MUNICIPAL PARTICIPATORY BUDGET AND IMPORTANCE OF TECHNOLOGY IN PUBLIC ADMINISTRATION

Adriano Augusto de Souza, Faculdade de Ciên Soc e Agr de Itapeva (FAIT), Brasil, souzao009@gmail.com

Resumo

A pesquisa teve como finalidade conhecer o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes. O orçamento participativo contribui para o resgate do valor da cidadania, que, com a união dos cidadãos, pode desempenhar um papel importante no processo de construção desta ferramenta em conjunto com o governo local no estabelecimento das prioridades e na destinação dos recursos públicos. Para isso, surgiu a necessidade de conhecer o interesse dos cidadãos em fazer parte da elaboração do orçamento participativo e como este nível de interesse influencia para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários respondidos pelos moradores dos bairros Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge do município de Itapeva-SP. Os resultados obtidos mostram que os cidadãos conhecem o orçamento participativo, porém este interesse está abaixo do esperado. É significativa a parte da população investigada que não participa e desconhece as ferramentas do planejamento adotadas pela Administração Pública Municipal. Os participantes da pesquisa consideram que o Poder Público utiliza poucos mecanismos que promova a participação popular no processo de implantação do orçamento participativo. Isto pode ocorrer com atitudes para tornar as ferramentas do planejamento acessíveis numa linguagem clara e fácil, com o auxílio das tecnologias a fim de promover a conscientização, a participação e o interesse da população.

Palavras-chave: planejamento, ferramentas, participação popular; tecnologias.

Abstract

The research aimed to know the interest of citizens in the process of participatory budgeting, whether there is public awareness about collective knowledge and what it can influence for the development and improvement of quality of life of citizens. The participatory budget contributes to the recovery of the value of citizenship, which, together with citizens, can play an important role in the process of building this tool in conjunction with local government in setting priorities and allocating public resources. For this, the need arose to know the interest of the citizens in being part of the elaboration of the participatory budget and how this level of interest influences to the improvement of the quality of life of the citizens. A field survey was carried out with the application of questionnaires answered by residents of Jardim Europa, Jardim Ferrari and Parque São Jorge neighborhoods in Itapeva-SP. The results show that the citizens know the participatory budget, but this interest is below expectations. It is significant the part of the population investigated that does not participate and is unaware of the planning tools adopted by the Municipal Public Administration. The participants of the research consider that the Public Power uses few mechanisms that promote the popular participation in the process of implantation of the participative budget. This can occur with attitudes to make planning tools accessible in clear and easy language with the help of technologies to promote public awareness, participation and interest.

Keywords: *planning, tools, popular participation; technologies.*



1. INTRODUÇÃO

As experiências reais diante do Orçamento Participativo Municipal com o envolvimento da população ocorreram com maior destaque a partir da Constituição Federal de 1988, em cidades pioneiras como Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras, fato que o “Orçamento Participativo” ganhou forças nos rumos do planejamento governamental.

O orçamento participativo é uma ferramenta do exercício da democracia participativa, a população decide e influencia suas opiniões na elaboração do orçamento público, no que refere aos investimentos e ações que promovem as mudanças no município onde vivem.

Como exemplo aparece o município de Itapeva-SP, que se encontra localizado na região Sudoeste Paulista do Estado de São Paulo distante a 270 km da capital paulista, com uma extensão territorial de 1889 km² de perímetro urbano (Itapeva-SP, 2017). O município possui 3 distritos como o Guarizinho, Alto Brancal e Areia Branca, sendo os municípios vizinhos como Itaí, Paranapanema, Buri, Taquarivaí, Capão Bonito, Guapiara, Ribeirão Branco, Nova Campina, Itararé e Itaberá. (Itapeva-SP, 2017).

Itapeva é considerada como a “Capital dos Minérios”, tem expressiva atividade de reflorestamento com destaque na produção de papel, madeira, carvão vegetal, celulose e minérios. Por outro lado, no agronegócio é um dos maiores produtores do Estado no cultivo de feijão, milho, trigo, tomate e soja (Itapeva-SP, 2017).

No início do ano de 2014, o município foi contemplado com a posição de 16^a Região Administrativa do Estado de São Paulo, sendo polo regional responsável por 32 municípios do Sudoeste Paulista (G1, Itapetininga e Região, 2017). Com isso, o município de Itapeva apresenta grande importância na região do Sudoeste Paulista.

Outro ponto que merece atenção é a Lei do Plano Diretor do Município (Lei nº 2.499/2006) que estimula a participação popular na gestão pública municipal por meio de vários instrumentos, entre eles o Orçamento Participativo Municipal (Itapeva-SP, 2006).

Levando em conta o interesse pelo assunto, foi necessário desmitificar o funcionamento e a elaboração do orçamento participativo municipal, e como a influência do conhecimento coletivo dos cidadãos pode contribuir para as mudanças necessárias no município, com auxílio das ferramentas do planejamento e tecnologias da Administração Pública Municipal.

Vale destacar que a união de lideranças e representantes de vilas, bairros, comunidades e associações, podem desempenhar um papel muito importante na construção do orçamento participativo do município, em conjunto com o governo local no estabelecimento de prioridades e investimentos que promovam o bem estar social.

A aproximação entre a população e o governo municipal possui um grande valor. Neste ponto, se encontra a disputa por recursos financeiros para a cidade, que muitas vezes tornam-se escassos para cobrir todas as demandas. Neste aspecto, o orçamento participativo municipal permite que o poder local seja compartilhado com os cidadãos. É necessário que a opinião pública seja valorizada, que se dê peso as suas decisões e que isto possa mudar o olhar do poder



público, principalmente na liberação de recursos que promovam o crescimento e desenvolvimento do município.

No intuito de contribuir com o assunto, a questão que surge, é mensurar o interesse dos cidadãos em participar do orçamento participativo municipal, e como este nível de interesse influencia na contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A pesquisa teve como objetivo geral conhecer o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, e se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes.

Para esta comprovação foi necessário conhecer o orçamento participativo, seus conceitos, seus objetivos, sua implantação e os grandes desafios e obstáculos. Isto despertou o interesse em conhecer as ferramentas do planejamento utilizadas no processo decisório, e a relação dos cidadãos com elas, além de identificar as tecnologias aplicáveis no processo de planejamento, da execução orçamentária e transparência da Administração Pública.

Complementando as metas, a pesquisa levou a investigar como o conhecimento coletivo pode contribuir para a melhoria contínua do orçamento participativo, e a identificar se há estímulo do Município no processo de implantação do orçamento participativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Orçamento Público

O Orçamento Público é o conjunto de entradas e saídas de recursos, para atendimento das áreas prioritárias da população e de interesse do governo.

Segundo (Furtado, 2012) “O orçamento público é lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, aprovada pelo Poder Legislativo, que estima receitas e fixa despesas, para um determinado exercício financeiro”. O orçamento público é uma lei de competência do chefe do Poder Executivo (Prefeito, Governador e Presidente da República) no âmbito dos Municípios, Estados, Distrito Federal e a União.

A lei que rege o orçamento público deve ser submetida ao Poder Legislativo para apreciação, votação e aprovação nas esferas do poder. Nesta ferramenta encontra-se a estimativa das receitas (entradas de recursos) e os dispêndios (saídas de recursos) a serem realizados para determinado exercício financeiro.

O orçamento público, como um dos principais componentes do planejamento da administração pública, materializa o surgimento do orçamento participativo sendo próximo assunto a seguir.

2.2 Orçamento Público

O Orçamento Participativo é a união entre a população e o governo nos rumos das ações do planejamento estatal, voltado à utilização dos recursos públicos de forma consciente, saudável e participativa.



Neste contexto, (Pires, 2001) conceitua:

O orçamento participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume o papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. Ocorre uma radicalização democrática. Nessa passagem, a democracia passa a ser encarada não só como meio para se atingir o fim de melhor alocação de recursos, mas também como fim em si mesma. Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental.

Já (Azevedo & Fernandes, 2005) complementam:

Tanto o planejamento como o orçamento são orientações definidas dentro de critérios e parâmetros limitados, que apontam para a necessidade da participação popular, da democracia, do que se convencionou mais recentemente chamar de uma *democratização da democracia*. [...] por meio do orçamento participativo a população passa a ser ouvida e chamada a opinar, introduz-se a variável democrática, a variável povo, que sempre esteve ausente em toda a forma de planejamento.

O orçamento participativo é a materialização dos instrumentos da democracia, o cidadão é convocado a assumir um papel de agente e não paciente nos rumos da ação governamental.

Pelo orçamento participativo, a sociedade vai se colocar diante do papel do governo na gestão dos recursos públicos, na infinidade das demandas sociais que surgem no cotidiano do gestor público.

O orçamento participativo possui expressiva amplitude na relação entre o Poder Público e a população, que pode se beneficiar com os objetivos idealizados para ele, dentre estes está a gestão do conhecimento, próximo assunto abordado a seguir.

2.3 Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento está presente nos dias atuais, de forma constante e com diferencial competitivo.

A sua principal fonte é o conhecimento. (Takeuchi & Nonaka, 2008) afirmam “[...], o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos”.

Em outro contexto, (Takeuchi & Nonaka, 2008) complementam: “O patrimônio indispensável para as empresas de hoje não é a fábrica e o equipamento, mas o conhecimento acumulado e as pessoas que o possuem”. O conhecimento é criado exclusivamente pelas pessoas. É um produto indispensável e de grandeza riqueza dentro das organizações.

(Chiavenato, 2003) afirma: “Conhecimento é a informação estruturada que tem valor para a organização”.

A gestão do conhecimento é um conjunto, que (Diniz et al, 2014) explicam:

Para melhor compreender o que é Gestão do Conhecimento é preciso entender seus pilares, sendo eles:



- Dados: são informações organizadas sendo resultados através de experiências ou observação de informações. Os dados podem consistir em números, palavras ou imagens.
- Informação: a manipulação dos dados, contextualizados. É a consolidação dos dados de forma que passam fazer sentido.
- Conhecimento: é a informação interpretada, de modo que possa ser usada para importantes ações e auxílio na tomada de decisões.

O conhecimento das pessoas forma-se pela absorção dos dados, que transformam-se em informações, e por fim no conhecimento sendo algo adquirido pelo indivíduo.

A materialização do conhecimento das pessoas na participação ativa dentro do orçamento público, assim como na parcela do conhecimento empregado na busca de ações e soluções para a melhoria dos serviços públicos e qualidade de vida, não pode-se deixar de mencionar a importância da tecnologia em todo este processo, abordado a seguir.

2.4 Tecnologia na Administração Pública

Para (Chiavenato, 2003) “[...], a tecnologia constitui outra variável independente que influencia as características organizacionais (variáveis dependentes). Além do impacto ambiental, [...], existe o impacto tecnológico [...], sobre as organizações”.

A tecnologia exerce influência nas organizações, fato que no decorrer dos últimos anos invadiu a Administração Pública, e provocou grandes mudanças nas suas operações, tarefas e processos. É inegável a dependência que a tecnologia causa às organizações.

(Chiavenato, 2014) declara “Mas é evidente que as organizações dependem da tecnologia para poder funcionar e alcançar os seus objetivos”. Ou seja, qualquer organização sem tecnologia pode ter grandes dificuldades para se manter.

A tecnologia desenvolve-se pelo conhecimento das pessoas, (Chiavenato, 2014) explica:

A tecnologia é algo que se desenvolve nas organizações por meio de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sobre o significado e a execução das tarefas - know how e pelas suas manifestações físicas, como máquinas, equipamentos e instalações, constituindo um complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos recebidos pela empresa em seus resultados, isto é, em produtos e serviços.

A tecnologia é um conhecimento que o ser humano agrega e transforma dentro dos processos, nas organizações, em bens, produtos e serviços.

Na administração pública, isso não é diferente. Este fenômeno ocorre na transparência na arrecadação e fiscalização dos recursos públicos, mediante o emprego de várias tecnologias que incluem a internet, o portal da transparência, o computador e o celular.

Como exemplo de tecnologia na Administração Pública o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal é aplicado na administração orçamentária e financeira pela União. Ele realiza o suporte as demais unidades e órgãos centrais e setoriais da gestão pública, consolidando-se assim a contabilidade da União.

Para (Furtado, 2012):



O SIAFI é o principal instrumento de gestão da STN, que, por seu intermédio, realiza o acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária e financeira do Governo Federal. É utilizado pelas Unidades Gestoras (UG) de todos os ministérios e dos demais órgãos e entidades como instrumento de administração financeira, com o objetivo de processar, de forma integrada e on-line, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

O SIAFI permite realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das peças do planejamento estatal, como o PPA, LDO e LOA do governo. O intuito é auxiliar os gestores públicos do Poder Executivo, para fins de elaboração da prestação de contas anual a ser enviada ao Poder Legislativo.

Outro exemplo de tecnologia, o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) utilizado pela União para a estruturação, organização e elaboração da proposta orçamentária final. Suas informações são totalmente online, e servem para fomentar e orientar as demais unidades orçamentárias. “[...], É por meio do SIDOR que as diversas unidades orçamentárias, que compõem o Orçamento Geral da União (OGU), enviam suas propostas de orçamento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) analisá-las” (Furtado, 2012).

O SIDOR funciona como instrumento que compatibiliza e consolida todas as propostas orçamentárias das unidades. Possui ligação com o SIAFI, no compartilhamento e acesso as informações que abrangem a execução orçamentária e financeira dos órgãos e unidades setoriais da Administração Pública, no qual suas informações são compartilhadas pelo portal da transparência, próximo assunto a seguir.

2.5 Portal da Transparência

A participação da sociedade para o fortalecimento da democracia é necessária e atuante nos dias atuais.

A Administração Pública procura relacionar-se com o cidadão cada vez mais, de forma mais ampla, clara e direta. Esta participação cresceu com a ajuda da tecnologia, principalmente por meio da Internet.

Dentre os avanços, aparece a criação da nova forma de votação eleitoral, leitura biométrica, transparência com gastos de pessoal, a cidade digital, o certificado digital, escrituração digital e etc.

(Moraes et al, 2014) complementam:

Mas as possibilidades e expectativas trazidas pela internet à teoria democrática, especialmente pelos defensores de um novo modelo de democracia digital que possibilitaria a retomada dos debates sobre a democracia direta (por meio de participação dos indivíduos em computadores ligados à rede), por assim dizer, ainda não seriam tão facilmente consolidadas. Isso se estabelece ao considerar que as diferentes formas de gestão pública e as características advindas de seus gestores têm implicações diretas sobre a democracia, especialmente sobre aspectos de eficácia e legitimidade.



A participação do cidadão na gestão pública é relevante e as mudanças dependem também dele. A falta de controle social pode aumentar a corrupção e evitar isto inclui-se nas responsabilidades dos cidadãos em cobrar do Poder Público, a transparência na aplicação dos recursos públicos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa discorre sobre o interesse dos cidadãos no orçamento participativo municipal, investiga se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos municípios, com o uso das tecnologias e do orçamento público.

Em relação aos objetivos gerais, a pesquisa se classifica como descritiva, “tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (Gil, 2010)”.

O referencial teórico foi fundamentado em livros, periódicos, artigos científicos, dissertações, leis, monografias de pós-graduação e sites específicos da internet. Foram utilizados os autores nos assuntos de orçamento público, orçamento participativo, gestão do conhecimento e tecnologias, tais como Furtado, Nascimento, Kohama, Pires, Chiavenato, Takeuchi e Nonaka. Foi realizada uma “pesquisa de campo”, com o objetivo de “conseguir informações ou conhecimento” acerca do orçamento participativo, para contribuir para a resposta da questão de pesquisa e “descobrir novos fenômenos” e suas relações (Lakatos & Marconi, 2010).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário que “consiste em um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (Gil, 2010)”. O questionário foi composto de oito questões objetivas, com finalidade de obter informações sobre o nível de conhecimento e interesse da população do Município de Itapeva-SP no processo do orçamento participativo, acesso as tecnologias e conhecimento das ferramentas do planejamento adotadas pela Administração Pública Municipal.

Também permitiu descobrir a influência do conhecimento coletivo, e se há estímulo da gestão atual no processo de implantação do orçamento participativo.

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas de múltipla escolha com três opções, com perguntas de estimação ou avaliação onde “as respostas sugeridas são quantitativas” (Lakatos & Marconi, 2010), sem variação no grau de intensidade. Foi distribuída a quantidade de 42 questionários nos bairros Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge do município de Itapeva-SP.

A escolha dos participantes e dos bairros foi por amostragem, de forma aleatória, ou seja, sem levar em conta as características dos moradores e das classes sociais presentes com o intuito de obter informações para o alcance dos resultados e respostas para a pesquisa.

A aplicação dos questionários foi realizada nos finais de semana da última semana do mês de Julho e início do mês de Agosto de 2015. Foi concentrada nos Bairros Jardim Ferrari, Europa e Parque São Jorge do Município de Itapeva-SP, de forma alternada em horários distintos, onde foi entregue e aplicado a totalidade dos questionários.



Houve aproveitamento de 100 % das perguntas com a presença e instrução prévia do pesquisador in loco em cada residência dos moradores dos bairros, a fim de esclarecer as dúvidas eventuais, e corroborar com informações do objetivo, da importância das respostas e do questionário, mantendo-se o anonimato das pessoas envolvidas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados das respostas das questões sobre o orçamento participativo.

QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	TOTAL
Você sabe de alguma maneira como a população pode decidir juntamente com o Governo Municipal as prioridades” na aplicação dos recursos públicos?	21	15	6	42
Você participa com outros moradores do seu bairro ou outras vilas na elaboração do Orçamento Participativo no Município de Itapeva-SP?	6	36	-	42
Você considera que a união dos cidadãos juntamente com o Governo local promove mudanças e melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento do município pelo Orçamento Participativo?	33	7	2	42
TOTAL GERAL	60	58	8	126
TOTAL (%)	48	46	6	100

Tabela 1 – Orçamento Participativo

Analisando as informações dadas pelos moradores dos Bairros Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge, observou-se que 50% dos respondentes conhecem o orçamento participativo. Isto demonstra que a amostra pesquisada conhece a maneira que pode decidir com o Governo as prioridades e a destinação dos recursos públicos.

Verificou-se que 36% que não conhecem o orçamento participativo municipal e que 14% não souberam opinar sobre o assunto. Isto pode indicar que a parcela, correspondente a estas respostas, se refere aos cidadãos que não possuem acesso às informações, tem desinteresse no assunto, aversão à política, falta de confiança no governo ou uma combinação destas condições.

Aliado a isto, questionou-se a participação dos moradores dos bairros e vilas na elaboração do orçamento participativo. Dos respondentes, 86% informaram que não participam de qualquer associação de moradores nos seus bairros e 14% participam ativamente na elaboração do orçamento participativo.



Pelos resultados obtidos, pode-se observar, em números percentuais, o fraco interesse da amostra pesquisada no processo de elaboração do orçamento participativo. Isto pode indicar que não há espírito de equipe, que não há vontade de participar e que não há união de propósitos entre os moradores dos bairros.

Complementando o assunto, 79% dos cidadãos consideram que a união com o governo local promove mudanças e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando suas atuações no orçamento participativo. Entretanto, 17% não acreditam que esta união pode ser benéfica e 5% não souberam opinar.

É possível inferir que a amostra pesquisada dá crédito ao Estado quanto ao atendimento das demandas sociais para o bem estar da coletividade, inclusive na qualidade e melhoria contínua dos serviços públicos prestados à população, pelas decisões do orçamento participativo.

As informações obtidas trouxeram respostas para a questão de pesquisa e o objetivo geral.

Deve haver esforços para que a população seja ouvida e convocada a opinar, cria-se, assim a figura democrática, a figura que representa o povo e o aproxima do planejamento.

Os resultados demonstram, em valores percentuais, que há pouco interesse da amostra nos bairros pesquisados, quanto ao processo do orçamento participativo e este nível de interesse está muito abaixo do esperado. Demonstram também que há reduzido envolvimento e participação ativa dos cidadãos nas questões políticas, sociais e econômicas do município de Itapeva-SP.

4.1 Acesso à tecnologia e às ferramentas

A Tabela 2 apresenta os resultados das respostas das questões sobre acesso às ferramentas do planejamento e as tecnologias da Administração Pública.

QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	TOTAL
Você conhece o PPA, a LDO e a LOA do Município de Itapeva-SP para acesso às informações sobre a tomada de decisões e à realização das ações e propostas do Governo Municipal?	6	33	3	42
Você conhece o Site da Prefeitura do Município de Itapeva-SP na Internet?	33	8	1	42
Você conhece o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itapeva-SP para acesso às informações sobre o Planejamento e a Execução das ações e propostas do Governo Municipal, que envolvam a aplicação dos recursos públicos?	17	23	2	42
TOTAL GERAL	56	64	6	126
TOTAL (%)	44	51	5	100

Tabela 2 – Acesso as ferramentas do planejamento e tecnologias da Administração Pública



A pesquisa também levou a analisar o conhecimento e acesso às ferramentas e tecnologias utilizadas no planejamento da Administração Pública. Verificou-se que, 79% dos respondentes não conhecem o PPA, a LDO e a LOA do município de Itapeva-SP, mas 14% responderam que conhecem e 7 % não souberam opinar.

Existe um contingente significativo de cidadãos que não conhecem as ferramentas do planejamento utilizadas pelo município de Itapeva. Os motivos podem estar na falta de conscientização, na falta de incentivo e na importância menor dada pelo município na divulgação e na transparência destas ferramentas com o auxílio da tecnologia.

Em complemento ao contexto anterior, 79% conhecem o site da Prefeitura do Município de Itapeva, o que demonstra que os cidadãos possuem acesso as tecnologias, seja por meio da internet ou por outros meios, para busca de informações, conforme sua necessidade.

Somente 19% não conhecem o site da Prefeitura do Município, e 2% não souberam responder. Os resultados apontam que os respondentes são cidadãos que nunca precisaram de informações ou não possuem acesso as tecnologias ou não se interessam pelas informações do Município, conforme o esperado.

Apenas 19% não conhecem o site da Prefeitura do Município, e 2% não souberam responder. Estes dois últimos resultados apontam que os respondentes são cidadãos cuja prática cotidiana não exige muitas informações atualizadas ou que eles não possuem acesso as tecnologias ou, ainda, que não se interessam pelas informações do Município, conforme o esperado.

Em relação ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itapeva, 40% dos respondentes conhecem e já acessaram a ferramenta para obter informações do planejamento e execução das ações e propostas do governo municipal.

Outros 55% dos respondentes não conhecem o Portal da Transparência Municipal, 5% não souberam opinar. Os dados podem trazer indícios de que não há preocupação do poder local na aproximação do cidadão com o governo. Verifica-se isto, pela dificuldade de acesso e interpretação das informações sobre os recursos públicos, disponíveis no portal da transparência.

Os resultados obtidos respondem aos objetivos específicos da pesquisa alinhados à relação dos cidadãos com as tecnologias e as ferramentas do planejamento da Administração Pública. Nota-se que há uma expectativa destas tecnologias serem aprimoradas, desenvolvidas e estimuladas e que há falta de incentivo e preocupação do Poder Público quanto à importância das peças orçamentárias estarem presentes na vida da população.

Isto se reflete, nos momentos de audiências públicas para a discussão a cada ano, pela baixa participação popular e a presença expressiva dos técnicos de governo. A falha no incentivo por parte do Poder Público, na percepção dos respondentes, foi investigada e é relatada na seção que segue.

4.2 O nível de conhecimento da amostra

A Tabela 3 apresenta os resultados das respostas das questões sobre a influência do conhecimento coletivo e incentivo à implantação do Orçamento Participativo.



QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	TOTAL
Você considera que a união entre os cidadãos em seus bairros, vilas ou em associações de moradores promove mudanças para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida no local onde vivem?	31	7	4	42
Você considera que o Município de Itapeva-SP estimula a implantação do Orçamento Participativo juntamente com a população?	7	30	5	42
TOTAL GERAL	38	37	9	84
TOTAL (%)	45	44	11	100

Tabela 3 – Influência do conhecimento coletivo e incentivo ao Orçamento Participativo

Analisando a influência do conhecimento coletivo no orçamento participativo, 74% dos respondentes acreditam que a união dos moradores nos bairros, vilas ou associações pode promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de todos. Entretanto, 17% não consideram esta união, e 10% não souberam opinar.

A união popular torna-se ativa quando tem a voz de comando, com sugestões de melhorias na cidade e no local pelos moradores, sem qualquer intervenção do Poder Público. O conhecimento tácito e explícito de cada indivíduo é uma riqueza que o poder público não utiliza a favor da comunidade. E esta opção é contrária aos conceitos de Conhecimento como informação estruturada que tem importância para a organização.

Uma das hipóteses para aproveitamento do conhecimento coletivo seria incentivar o espírito de liderança, a criação de associações nos bairros com a participação de uma grande parte dos moradores. Isto poderia fazer transparecer a riqueza das ideias populares e estimular o poder público a fomentar o processo de implantação do orçamento participativo e a participação popular.

Verificou-se que 71% dos respondentes afirmam que o Município não estimula a implantação do Orçamento Participativo juntamente com a população. Somente 17% acreditam que há estímulo e 12% não souberam opinar.

Os resultados demonstram que a Prefeitura Municipal de Itapeva-SP, na percepção dos respondentes, estimula de forma comedida a implantação do orçamento participativo. O que indica que o órgão público realiza as audiências públicas e a discussão das peças orçamentárias com a intenção principal de cumprir as exigências da Lei da Transparência Pública e Responsabilidade Fiscal, porém sem esforços para uma maior participação popular.

O sucesso do orçamento participativo depende de vontade política e do conhecimento sobre ele. Tem-se que agregar paulatinamente novos participantes para motivar o crescimento contínuo desta cultura de participação.



A população confia na união de todos, em seus bairros, vilas e associações, mas o interesse de cada um deve ser maior, quanto maior for a intenção de contribuir de forma relevante para a melhoria da qualidade de vida no local aonde vivem.

Há uma desconfiança da população em relação aos benefícios do orçamento participativo, em virtude da falta de ação do poder público. Muitos instrumentos previstos no Plano Diretor do Município, inclusive o orçamento participativo, ainda não estão em funcionamento no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trazem como resposta ao problema de pesquisa a demonstração de que, baseado na amostragem pesquisada, o interesse dos cidadãos do município de Itapeva-SP em participar da Gestão Pública pode ser numérica e efetivamente melhorado.

Na prática atual a influência do conhecimento coletivo repercute reduzidamente nas tomadas de decisões, considerando os índices de envolvimento dos cidadãos com o orçamento participativo do município, o que certamente contribui pouco para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Observou-se que a pesquisa, paralelamente e além de seus propósitos, cumpriu uma função social quando demonstrou, ao cidadão, o seu valor, alertando que a participação do cidadão na vida do município deve ser relevante, principalmente na aplicação e na distribuição dos recursos públicos pelo orçamento público.

Mediante a pesquisa de campo realizada, percebeu-se que o interesse espontâneo dos cidadãos no processo de implantação do orçamento participativo é, em valores percentuais, pequeno. Há pouca influência do cidadão para o desenvolvimento das ações e programas que visem o bem estar social da população.

Devido ao baixo interesse dos setores do município na participação, segundo os dados da pesquisa, o agir dos cidadãos não se efetiva nas decisões sobre o planejamento orçamentário. Com isto resta crer que, quando existente, são consideráveis as ações focadas em cobranças e reclamações sobre o que o Poder Público não realiza.

A pesquisa verificou que uma parte significativa dos cidadãos conhece formas de participar da decisão, juntamente com o Governo Municipal, sobre as prioridades de aplicação dos recursos, embora o interesse e a participação da população sejam reduzidos.

Por outro lado, demonstrou que os cidadãos acreditam na união entre eles, que o conhecimento coletivo realiza as mudanças necessárias para o desenvolvimento do município.

Diante da análise das questões, foi possível perceber que uma parte da população do município de Itapeva não conhece as ferramentas do planejamento utilizadas pela Administração Pública Municipal e, com isso, não acompanham a aplicação dos recursos públicos.

Os cidadãos utilizam relativamente tecnologias modernas, como a internet, porém, menos da metade acessa as informações sobre o planejamento e a execução das ações e propostas do município, pelo Portal da Transparência. Diante disso, pode-se afirmar que, na visão da



população pesquisada, não é significativa a preocupação do poder público no sentido enriquecer estas informações no site na internet, tornando-as acessíveis e numa linguagem fácil aos cidadãos. O município não incentiva a participação popular para a discussão das propostas orçamentárias (LDO, LOA e PPA). Fica adstrito somente às audiências públicas, com assuntos técnicos, com grande envolvimento do pessoal de governo e pouca presença dos cidadãos.

Pode-se perceber que o Município de Itapeva-SP não estimula a implantação do orçamento participativo, visto que “não saiu do papel” este importante instrumento mencionado no Plano Diretor do Município.

Baseado nos resultados da pesquisa, na visão do pesquisador, é imprescindível que o poder público envolva a participação popular no processo de implantação do orçamento participativo e deve tornar as ferramentas do planejamento acessíveis, com o auxílio das tecnologias e provê-las de uma linguagem clara e fácil, a fim de promover a conscientização, a participação e o interesse da população.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, Sergio de. Fernandes, Rodrigo Barroso. (2005). *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Rivan.
- Camara Municipal de Itapeva-SP. Lei nº 2499, de 18 Novembro de 2006. (2006). *Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento do Município de Itapeva*. Itapeva, SP, 18-de novembro de 2006. Retirado de <http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/atividade-legislativa/lei/detalhamento/1496>. (Acesso em: 21 abr. 2018)
- Chiavenato, Idalberto. (2003). *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7 ed. rev. e atual, Rio de Janeiro: Elsevier.
- _____ (2014), *Introdução à teoria geral da administração*. 9ª ed. rev. e atual, São Paulo: Editora Manole.
- Diniz, Gláucia et al. (2014). *Gestão do conhecimento - uma visão do cotidiano empresarial*. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2014, Ponta Grossa-PR. Anais Eletrônicos. Ponta Grossa-PR. Retirado de <http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php>. (Acesso em: 21 abr. 2018).
- Furtado, Fabio. (2012). *Administração financeira e orçamentária: direito financeiro simplificado - teoria e questões*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira.
- GIL, Antonio Carlos. (2010) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- G1. Itapetininga e Região. (2014). *Decreto cria a 16ª Região Administrativa em Itapeva*. Retirado de <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/02/decreto-cria-16-regiao-administrativa-em-itapeva.html>. (Acesso em: 21 abr. 2018.)
- Itapeva-SP, (2017). *Conheça Itapeva: história e perfil da cidade, dados gerais*. Retirado de <http://www.itapeva.sp.gov.br/conheca-itapeva/historia/>. (Acesso em: 21 abr. 2018)
- Lakatos, Eva Maria. Marconi, Marina de Andrade. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7.ed, São Paulo: Atlas.



Moraes, Nelson Russo de. Et al. (2014). *Internet, prestação de contas e transparência na Gestão Municipal*. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2014, Ponta Grossa-PR. Anais Eletrônicos. Ponta Grossa-PR. Retirado de <http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php>. (Acesso em: 21 abr. 2018.)

Pires, Valdemir. (2001). *Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz*. São Paulo: Editora Manole.

Takeuchi, Hirotaka. Nonaka, Ikujiro. (2008). *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman.